C O N S E L H O E S T A D U A L D E E D U C A Ç Ã O
CÂMARAS REUNIDAS DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO

PROCESSO N.: - 678/68 - CEE
INTERESSADO: - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE
PIRASSUNUNGA
ASSUNTO. : - Solicita autorização pra o funcionamento da
Faculdade acima citada
RELATOR.....: - Conselheiro NELSON CUNHA AZEVEDO

P A R E C E R N. 49/69-CREPM

Foi este protocolado objeto do Parecer n. 2/69, de nossa autoria, honrado com a aprovação destas Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio.

No referido Parecer assinalávamos os pontos positivos e negativos do ensino primário e médio no município de Pirassununga, para concluirmos da seguinte maneira:

"Considerando que a situação do ensino primário e médio de Pirassununga foi estudada por estas Câmaras com o objetivo de verificar se é possível, em última análise, dispensar a aplicação de recursos municipais nesses níveis de ensino, desviando-os para o ensino superior o parecer das Câmaras é o seguinte:

"A situação do ensino primário e médio (em Pirassununga) possui deficiências qualitativas e carências quantitativas que não justificam - antes que sejam eliminadas - que a Prefeitura destine recursos ao ensino superior."

FALA A CÂMARA DE PLANEJAMENTO

Encaminhada à Câmara de Planejamento foi o processo devolvido a estas Câmaras despachado pelo digno presidente da Câmara de Planejamento, Conselheiro Paulo Gomes Romeo, com a seguinte informação (fls. 489):

"A Câmara de Planejamento em sessão realizada em 1º de setembro de 1969 deliberou fosse encaminhados os Processos CEE - ns. 678/68 e 470/68 - respectivamente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Pirassununga e da Faculdade de Administração de Empresas de Amparo - às Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, uma vez que as dúvidas levantadas referem-se ao atendimento satisfatório ou não, do ensino primário e do ensino médio, conforme pareceres constantes dos referidos processos.

"Por outro lado, as Câmaras do Ensino Superior e do Planejamento já se pronunciaram em definitivo no âmbito de suas competências."

NADA A ACRESCENTAR

Nada teríamos a acrescentar ao nosso Parecer n. 2/69 e nos limitaríamos a propor a devolução do presente protocolado à digna Câmara do Planejamento (mantendo na íntegra os termos de nosso parecer) não fora ter chegado a este Conselho a documentação de fls. 285 a 331 - oriunda da Prefeitura Municipal, de autoridades es colares e militares esclarecendo muitas de nossas dúvidas e, realmente, enriquecendo o presente processo que, digamos de passagem, se encontrava insuficientemente ou inadequadamente informado.

Desta documentação se deduz, em resumo:

1° - Há indícios de que a população do município seja realmente da ordem de 50.000 e não 31.107 habitantes, tal como constava do processo;

2° - Sobre o êxodo da população rural é de se aceitar, em parte, a tese de que a modernização da agricultura possa compensar a falta de braços, embora, salientemos e chamemos a atenção para o recentíssimo depoimento do senhor Secretário da Agricultura do atual Governo, na Escola Superior de Guerra, em que S. Excia. ressalta a trágica redução da produção agrícola em São Paulo;

3° - Anote-se, como positivo, a vacinação de 11.306 habitantes na zona rural de Pirassununga, fato revelador de assistência médica e sanitária à zona rural;

4° - Recente decisão governamental levando à categoria de Academia Aérea a Base Precursora da Aeronáutica existente em Pirassununga leva a crer que a clientela para a faculdade pretendida possa ser enriquecida com elementos civis e militares oriundos daquela unidade cujo efetivo se constata já ser da ordem de quase 5.000 pessoas;

5° - Ao ponto negativo por nós salientado "existência provável de crianças sem escolas" o senhor Prefeito Municipal responde com medida, agora adotada, traduzida no decreto n. 179, de 8 de julho de 1969 em que se declara o "estado de necessidade" para o ensino primário do município e se obriga a todos os pais a matrícula de seus filhos nas unidades dessa área de ensino e se estabelece pesada multa aos recalcitrantes;

6° - Além desta medida - por sugestão nossa - o Prefeito Municipal cuidou da criação de um Conselho Municipal de Educação e Cultura (documento n. 8) para assessora-lo no planejamento e extensão da rede de ensino primário, evitando, assim, a possível falta de vagas no futuro;

7° - Com o nosso argumento negativo traduzido pelo fato de dois grupos escolares funcionarem em três períodos, concordam os representantes de Pirassununga em que temos razão. Informam, entretanto, já estar concluída mais uma unidade primária (Centro Educacional do SESI) que aliviaria a situação realmente deficitária. Paralelamente, a construção, em marcha, de um edifício para grupo escolar em Vila Pinheiro poderia se constituir em solução definitiva para volta ao regime de dois períodos nos referidos grupos escolares;

8° - Quanto à queda de matrícula que salientamos a fls. 10 de nosso parecer, novos dados, nova documentação (a de n. 11) mostra ter sido incompleta a documentação anteriormente apresentada e revela que tal queda, na realidade não existiu;

9° - Quanto a ausência de serviços médicos e dentários em muitas das escolas do município, confessam os documentos agora anexados ao processo que tínhamos - relator e Câmaras - razão ao assinalar este ponto. Entretanto revelam já existirem estudos para a breve e pronta solução do problema;

10° - No tocante à necessidade, que salientámos, de reforma de 25 dos 42 prédios escolares, a representação feita pelos interessados no presente processo revela que a expressão "reforma" (constante no parecer da digna Assessoria deste Conselho) não seria a mais apropriada. Na verdade - segundo se assinala - a expressão a ser usada deveria ser "prédios carentes de reparos".

11° - Quanto ao argumento de que são baixas as conclusões de curso primário no município (fato que chamou nossa atenção), os interessados juntam prova de que os dados anteriores eram incompletos e dão 4.627 matriculados nas escolas primárias do município contra 3.981 que figuravam nos dados anteriores. Não especificam, entretanto, quantos concluíram o curso.

12° - Quanto a não existência de merenda escolar onde ela se faz mais necessária (nas 32 escolas rurais), os interessados juntam novo e atualizado relatório sobre alimentação escolar, fornecido pela Prefeitura Municipal, que nos dá uma impressão bastante favorável em razão das medidas de ordem prática adotadas, já atendidas milhares de crianças em várias unidades de ensino primário, inclusive na zona rural;

13° - Em relação à queda de matrícula salientada por nós, no primeiro ciclo, novos dados contidos nos documentos 14, 15 e 16, revelam haver progressão e não queda. Em 1965, só no Instituto de Educação, havia 1.006 ginasianos, no ano seguinte 1.211. Em 1967, 1.353, em 1968, 1.621.

14° - Entre os pontos negativos a respeito do ensino primário e médio em Pirassununga, salientámos os poucos recursos destinados ao ensino primário e médio, pela Prefeitura de Pirassununga.

Dizem, a respeito, os interessados, no presente processo:

15° - "Efetivamente, ao constatar tal realidade, só nos resta lamentar a mentalidade, aliás geral neste País, de se dar, até há bem pouco tempo, atenção secundária aos problemas ligados ao ensino. No entanto, acompanhando a política governamental, já podemos notar e a simples apresentação destes documentos que compõem nossas justificativas o demonstram que os poderes públicos municipais de Pirassununga têm desenvolvido todo o esforço no sentido de dar prioridade ao ensino dentro dos problemas globais de uma perfeita administração". Recursos da ordem de três milhões de cruzeiros novos resultantes do valor de uma faixa de terra a ser entregue pelo Ministério da Aeronáutica à Prefeitura e que serão aplicados no ensino, na cultura e no turismo, estariam a revelar a disposição, por parte das autoridades municipais, de destinar sempre maiores recursos à educação.

16° - Finalmente, os documentos apresentados e o arrazoado dos interessados procuram contornar nossa afirmação de que "há ausência de política definida que vise dar "status" elevado ao ensino primário e médio no município de Pirassununga".

CONCLUSÃO

Considerando:

a - as novas informações agora juntadas ao processo pelos interessados ;

b - as retificações dos dados que, em alguns casos, causaram estranheza ao relator;

c - a nova documentação com que foi enriquecida o presente processo;

d - as providências de ordem prática e objetiva já tomadas pela Prefeitura de Pirassununga visando a melhoria quantitativa do ensino primário na região;

e - os indícios veementes de que o anterior parecer deste relator - honrado com a aprovação das dignas Câmaras de Ensino Primário e Médio - despertou em alguns casos, e em outros avivou, o interesse da Prefeitura de Pirassununga em dotar o município de uma rede de escolas quantitativa e qualitativamente satisfatória;

f - o manifesto desejo da Prefeitura em colaborar no sentido de que o município passe a contar com um sistema de ensino organizado, planejado, vivo e atuante;

g - o fato de vários dos pontos por nós chamados "negativos", na área do ensino primário e médio, terem se transformado em "positivos" em face das providências tomadas;

h - o fato de, a curto e médio prazo, outros pontos "Negativos" tenderem a desaparecer em face das medidas anunciadas (algumas das quais já efetivadas pela Prefeitura);

i - o reconhecimento, pela Prefeitura e pelas autoridades interessadas no presente processo, de que são insuficientes os recursos até agora aplicados na área do ensino primário e médio do município e, mais, que urge aplicar maiores verbas nessas áreas reconhecimento esse também traduzido no compromisso de destinar ao ensino primário parte da verba de 3 milhões de cruzeiros novos a serem recebidos do Ministério da Aeronáutica.

SOMOS DE PARECER

que estas Câmaras poderão opinar favoravelmente quanto à situação do ensino primário e médio em Pirassununga, desde que a Prefeitura satisfaça os compromissos assumidos na documentação que instrui este processo.

A Prefeitura de Pirassununga deverá, entretanto, ser notificada de que este Conselho não poderá concordar, em hipótese alguma, com o eventual sacrifício das medidas anunciadas para a área do ensino primário e médio - essencialmente do primário - em benefício da escola superior pretendida.

Em síntese; que a Prefeitura de Pirassununga busque recursos para a pretendida Faculdade de Filosofia, sem prejuízo daqueles que devem ser destinados ao ensino primário e também médio.

Outrossim, a Prefeitura Municipal de Pirassununga deverá informar a este Conselho o atendimento parcial ou total dos compromissos assumidos.

Aliás, quanto à destinação de 20% da arrecadação municipal de impostos ao ensino primário, tranquiliza-nos a letra "f" do parágrafo 3º, do artigo 15, da Constituição do Brasil, que reza:

"§ 3º (do artigo 15) - A intervenção nos municípios será regulada na Constituição do Estado, somente podendo ocorrer quando:

- a -
- b -
- c -
- d -
- e -
- f - Não tiver havido aplicação, no ensino primário, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal."

Esse o nosso parecer.

São Paulo, 8 de novembro de 1969
a) Conselheiro NELSON CUNHA AZEVEDO
- RELATOR -

Aprovado, por unanimidade, na sessão das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, realizada em 10 de novembro de 1969.

a) Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI
Presidente das CREPM